



ARQUITETURA E PAISAGEM – PROJETO PARTICIPATIVO E CRIAÇÃO COLETIVA

PRONSATO, SYLVIA ADRIANA DOBRY. I. ED.
SÃO PAULO: ANNABLUME, 2006, 148 p.
ISBN: 85-74195-59-6

Vera M. Pallamin

BRECHAS NA PAISAGEM

A aliança entre projeto paisagístico e participação delinea o foco temático desenvolvido por Sylvia Adriana Dobry Pronsato em *Arquitetura e paisagem – Projeto participativo e criação coletiva* (Annablume Editora, 2005), campo de discussão para o qual ela traz sua experiência como arquiteta e docente de arquitetura, pesquisadora e artista plástica.

O fio condutor de seu livro refere-se à dimensão política da ação na paisagem e como esta ação pode ser um vetor positivo ao gradual trabalho de emancipação que se coloca diante de todos nós, a rigor, interminavelmente. Esse trabalho se defronta, em instância primordial, com a questão da alienação e suas conseqüências impressas nos “lugares de vida”, nos limites com que saberes, não-saberes e práticas espaciais se cruzam no cotidiano. A atual perda de referenciais históricos e geográficos dos cidadãos, lembra a autora, é apenas uma das pontas do alheamento mais amplo e sistêmico elucidado por Marx, no qual os humanos não se reconhecem como autores das instituições sociopolíticas vigentes – aceitando, de modo indiferente ou fatalista, tudo que existe – ou, pelo contrário, julgam – na medida mesma de seu desconhecimento das condições históricas – desfrutar de plena liberdade para mudar suas vidas.

Uma das ações contidas no fundamento da contracorrente desse processo de alienação refere-se ao trabalho de compreensão destas condições socioeconômicas e históricas e de seus referenciais locais, visto sua ausência impedir toda proposição crítica. É nesse plano que se situa o alvo das preocupações centrais de Sylvia Adriana Dobry Pronsato, interessando-lhe mirá-lo a partir da convergência de dois eixos: do projeto participativo e da dimensão estético-criativa. Nesse sentido, a idéia de intervenção projetual na paisagem é abordada como um terreno possível ao empenho coletivo de conscientização sobre o lugar, suas fronteiras, obstáculos e potências. A participação dos

habitantes no conjunto de atividades envolvidas nas decisões e efetivação dessa intervenção é um aspecto nuclear, fazendo da reconfiguração paisagística uma oportunidade ao grupo para a afirmação e exercício de seus direitos e cidadania.

As dificuldades desse tipo de ação não são poucas, quer no âmbito da mobilização desse coletivo, quer como naquele de sua sensibilização para a possibilidade projetual em pauta, na existência de interesses conflitantes e no estabelecimento de linguagens comuns. No que se refere ao enfrentamento e construção desta “linguagem em comum” do grupo envolvido, Sylvia Adriana Dobry Pronsato dá especial relevo ao trabalho cuidadoso com a arte, a percepção e o desenho enquanto eficaz recurso a transformar aquele que vê e o que é visto, simultaneamente. Assim como o ato de desenhar aguça o olhar e pode ser um modo de educação da própria sensibilidade, desenhar um lugar sob distintas visadas apura a percepção das relações espaciais as quais o configuram, ampliando as entradas para se pensar sobre suas relações históricas e sobre a dinâmica social ali impressa. O trabalho com a criatividade e com a arte, insiste a autora, multiplica as possibilidades de estabelecer reciprocidades com a paisagem, sendo um poderoso agente no aprofundamento da relação cognitiva com os lugares. Nesses empreendimentos coletivos, o emprego diligente de linguagens artísticas entre os participantes, ao mesmo tempo em que propicia o desdobramento dos modos como os lugares podem ser apreendidos, introduz a noção do agir sobre esses espaços e sobre suas representações, o que é extremamente profícuo ao encaminhamento dessa linha de projeto paisagístico.

O elogio ao papel pedagógico da arte e de suas linguagens nesse contexto, entretanto, não equivale a imunizá-la em relação ao processo de alienação supracitado. Como enfatiza a autora, “*a arte se move no interior de um sistema que produz a alienação*”, não portando, em si mesma, garantia alguma contra ele. Trata-se, portanto, de fazer da presença da arte e dos meios artísticos tal como pontes a horizontes mais extensos de inteligibilidade, em percursos os quais provocam transformações internas nos sujeitos que por eles circulam.

A preocupação com a dimensão educacional desenvolvida nessas intervenções paisagísticas estende-se não só aos seus destinatários mais diretos, mas incide também nos arquitetos que compartilham dessas atividades, colocando-se em causa seu preparo para atuar em projetos participativos. A premissa básica aqui em vigor é a de não se tratar de mera variação do ato projetual, mas sim de um modo de empreendê-lo que demanda práticas específicas de dinâmica e trabalho em grupo. Nesse momento toma a dianteira, no livro, a questão do ensino de arquitetura e suas aproximações com o tema de “realizações coletivas”, citando-se algumas experiências e antecedentes na área.

O espaço educacional é ainda privilegiado sob um terceiro aspecto, ao se destacar o papel da Escola como um importante conector dos habitantes com suas vizinhanças. Trata-se de um ponto de encontro e um catalisador valioso para operar com a idéia de ação na paisagem como trabalho conjunto, favorecendo a organização e a percepção identitária do grupo. A discussão democrática a que se propõe esse tipo de trabalho paisagístico, contudo, não se restringe ao espaço da Escola, podendo abarcar outras instituições e instâncias organizacionais. O modo como aí efetivamente se opera é sempre decidido, na situação, *in loco*, de acordo com as iniciativas encaminhadas pelo grupo como um todo.

A articulação entre projeto paisagístico e projeto participativo não é usual neste país e sua presença indica um enorme campo aberto de trabalho ambiental e político, sobretudo considerando-se quão recente nos é a recuperação do exercício de democracia. Nessa diretriz são destacadas, na obra, algumas relevantes experiências realizadas nos anos 90 na região metropolitana paulistana, tais como “Uma Fruta no Quintal” (Diadema), e “Estudo do Meio da Aldeia de Carapicuíba”, das quais participaram Raul I. Pereira e Caio Boucinhas, sólidos paisagistas cuja atuação, nessa linha, tem sido de valor inestimável. Ambas as experiências lidaram com a questão da apropriação dos lugares por seus moradores, suas práticas espaciais, e com a complexa temática da educação ambiental em seus preceitos fundamentais e especificidades locais.

Semelhantemente ao que foi acima mencionado quanto à vulnerabilidade da arte, o mesmo se aplica à abordagem participativa no projeto. Sylvia Adriana Dobry Pronsato comenta sobre o perigo de a participação ser instrumentalizada para neutralizar conflitos, de modo que nada de significativo se altere nas hierarquias, valores e modos como os espaços são vivenciados e praticados. Tanto mais essa se resume apenas ao âmbito consultivo, mais se transforma em superficial ou até inócua, uma vez que, dessa forma, os integrantes do grupo não partilham das decisões. Interessa, portanto, pensar a participação como exercício de escolhas, um modo do cultivo da deliberação conjunta.

Como se vê, o projeto paisagístico como projeto participativo trabalha em um plano de riscos, vulnerável, porém é indispensável, e precisa ser realizado neste país. Cada vez mais. Nesse campo nossas experiências são recentes e a bibliografia específica está em formação, motivos que situam a propriedade do livro de Sylvia Adriana Dobry Pronsato, um texto cuja tônica é incisiva quanto à necessária aproximação da percepção da paisagem ao político.

Vera M. Pallamin

Professora da FAUUSP e integrante do Laboratório Paisagem Arte e Cultura (LABPARC) da mesma instituição. É autora de *Arte urbana* (Annablume, 2000) e organizadora de *Cidade e cultura – Esfera pública e transformação urbana* (Estação Liberdade, 2002).
e-mail: vmpallam@usp.br